



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
NÚCLEO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE FORMAÇÃO DE
PROFESSORES E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS\GERA\UFPA**

Parecer sobre a Base Nacional Comum

A instituição de um Currículo Nacional, estruturado na forma de objetivos de aprendizagem, é um evento auspicioso. A partir dele, será possível inverter algumas das impropriedades de nosso sistema de ensino. Destaco **duas** delas: a perpetuação de um currículo de fato, conformado a partir da literatura didática, editada e elaborada por editoras; a exclusão de uma parcela significativa de estudantes do saber escolar, em função das diferenças regionais e da extensão do rol de conteúdo a ser enfrentado em uma carga horária incompatível com o volume previsto. Mas, não apenas isso. Uma base curricular nacional, pensada para servir de alicerce para todo o sistema de ensino, impactando desde a formação docente, a literatura didática e os instrumentos de avaliação, potencializará as ações da sociedade civil organizada no sentido de interferir nos rumos da Educação Nacional.

O documento preliminar em discussão desde setembro último traz uma proposta que requer nossa atenção e demanda contribuições que intervenham em sua estrutura, de forma a impactar o documento final. Arrojado em alguns momentos e conservador em outros, o documento incorpora conquistas importantes, especialmente no que se refere ao redimensionamento de nossa memória histórica, a partir do trato dispensado à trajetória histórica de indígenas e negros na vida brasileira, desde antes da conformação do Brasil como país e como nação. Não obstante, algumas ponderações devem ser feitas, de forma a aprimorá-lo.

Em que pese a importância que as Diretrizes para a Educação para as Relações Étnico-Raciais assumem no documento preliminar, há que se ressaltar que ela ainda é insuficiente. Em primeiro lugar por omissão. As questões relativas à trajetória história africana, indígena e negra são abordadas timidamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, parcialmente nos anos finais daquela etapa e mais expressivamente, pelo menos no componente curricular História, no Ensino Fundamental. A Educação Infantil, no entanto, permanece infensa aos princípios da Educação para as Relações Étnico Raciais. Da mesma forma, no que se refere aos anos iniciais do E. Fundamental,

aspectos importantes da cultura brasileira, os quais decorrem da cooperação entre os diversos elementos reunidos nesta parte da América, não são abordados. Considero especialmente importante que a questão do trabalho seja enfatizada. Refiro-me a participação efetiva das populações indígenas e negras na conformação da riqueza e na busca por alternativas criativas para garantir seu sustento e sua dignidade, mesmo diante da escassez de oportunidades que se abrem para essa imensa parcela da população nacional.

Nesta etapa e nas seguintes, parece-me ser fundamental que o documento preliminar incorpore personagens indígenas e negros como agentes decisivos da trajetória histórica brasileira. Em todos os componentes curriculares, é essencial que literatos, cientistas, políticos, lideranças populares, artistas e outros agentes constituam o currículo nacional, de modo a evidenciar a participação efetiva dessas imensas parcelas da população nacional na conformação do Brasil. Não se trata, evidentemente, de recuperar o culto aos heróis, mas de permitir que crianças, adolescentes, jovens e adultos inseridos na Educação Básica tenham referências positivas e possam reconhecer-se como parte da trajetória brasileira.

Outro aspecto decisivo, segundo me parece, é que o currículo nacional deve considerar a expressão das culturas africana, afro-brasileira e indígena como parte efetiva de sua conformação e não como apêndices menos importantes, como transparece na fala de figuras importantes do Ministério da Educação. Nesse sentido, importa enfatizar que tanto nossa cultura política quanto nossa compreensão da experiência democrática decorrem das relações vividas aqui, das negociações e conflitos que demarcam nossa trajetória política. Desconsiderar isto em favor de uma herança formulada alhures, seja ela grega ou romana, exclui a participação expressa e decisiva de imensos setores que conformaram a nossa experiência política, desde os movimentos que derrubaram a Escravidão até os que consolidaram nossa opção democrática, nos últimos vinte anos.

Belém, 22 de janeiro de 2016.

Prof^a Dr^a *Wilma de Nazaré Baía Coelho*
Universidade Federal do Pará –
Coordenadora do **NEAB-GERA**\UFPA
Membro da Diretoria da **ABPN** – Associação brasileira de pesquisadores\as negros\as
(2014-2016)
Coordenadora do **GT21** – ANPED -
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2015-2017)